

CORREIO POLÍTICO

Renato Alves/Agência Brasil



Ibaneis e Celina: foram-se os beijos, ficaram os tapas

Diante do rolo do Master, a esquerda se mexe no DF

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), deixará o cargo no sábado (28). Desincompatibiliza-se para disputar uma vaga no Senado. Deixa em seu lugar a vice Celina Leão (PP) que, assim governadora, disputará a reeleição. Tudo isso, no entanto, tende a acontecer de uma forma totalmente inusitada. A governadora que entra, sucessora do governador que sai, poderá fazer uma campanha de oposição a ele. O PL, partido que terá o senador Flávio Bolsonaro (RJ) como candidato à Presidência, fechou uma chapa puro-sangue ao Senado para apoiar Celina, tendo como candidatas Michelle Bolsonaro e a deputada federal Bia Kicis. Ou seja, nessa hipótese, não há espaço na chapa para Ibaneis.

Celina e Ibaneis nem se falavam mais

O fato é que nos últimos dias ela se distanciou de Ibaneis, nem se falam. Se houver uma reconciliação, e Ibaneis for candidato a senador na chapa de Celina, o PL sai da aliança. Se Celina ficar com o PL, Ibaneis poderá montar uma chapa contrária do MDB. Ou acabar saindo para deputado federal. Será mais uma história em que a tendência puro-sangue do PL vai virando um tiro pela culatra. Em vez de fortalecer a chapa raiz, efeito oposto.

Rudolfo Lago



Capelli: "Vou ganhar esta eleição"

Capelli e Grass movem suas peças

A esquerda vai assistindo de camarote aos tapas e beijos dentro do governo de Ibaneis. Ibaneis enfraqueceu-se com o envolvimento no rolo do Master, e Celina tenta se descolar dele, ainda que o risco de acabar envolvida não esteja dissipado. Os dois nomes à esquerda, ligados ao governo, Leandro Grass (PT) e Ricardo Capelli (PSB) apostam no aumento desses desentendimentos no GDF para lucrar com isso. Grass e Capelli preferiam que um apoiasse o outro. Mas isso vai ficando difícil. Tendem a formar chapas separadas.

Cristovam Buarque foi para o PSB

Na terça-feira (24), o ex-governador e ex-senador do Distrito Federal Cristovam Buarque filiou-se ao PSB. Durante um tempo, Cristovam foi o presidente do Cidadania no DF. E planejava formar uma federação entre seu antigo partido e o PSB. Na brighalada que virou o Cidadania, Cristovam resolveu deixar o partido com Roberto Freire e ir para o PSB.

POR
RUDOLFO LAGO

Frente ampla

Dois cálculos dominam o PSB. O primeiro obter coeficiente eleitoral e cumprir cláusula de barreira. Uma eventual candidatura de Cristovam a deputado federal ajudaria a puxar votos. Mas Capelli tem planos mais ousados. Sua ideia é que Cristovam seja uma das peças para formar uma "frente ampla".

"Vou ganhar"

"Eu vou montar uma frente ampla. E vou ganhar a eleição", disse Capelli ao Correio Político. Acrescentando um desafio: "Com ou sem PT". Quem irá fazer parte dessa frente ampla, porém, Capelli não disse. "No momento certo, todos saberão", respondeu o ex-interventor na segurança, em tom misterioso.

Master

Pelo lado de Leandro Grass, há também a percepção de que o caso Master/BRB mudou muito o cenário que, no começo, parecia totalmente favorável à vitória de Celina e à eleição de Ibaneis para o Senado. Avaliam que Celina é o nome a ser batido, mas que o quadro no Senado já se alterou.

Leila

As projeções que vêm sendo feitas pela equipe de Leandro Grass vão no sentido de que os dois nomes eleitos para o Senado tendem agora a ser Michelle Bolsonaro, pelo PL, e a reeleição de Leila do Vôlei, ou Leila Barros, pelo PDT. Se os partidos do governo formarem uma chapa só, o outro nome na chapa seria a deputada Erika Kokay (PT).

Arruda

Há ainda o fator José Roberto Arruda. Em princípio, o ex-governador, que se filiou ao PSD, está inegável. Mas ele insiste que as recentes mudanças feitas na Lei da Ficha Limpa o beneficiam. Espera uma decisão da Justiça Eleitoral nesse sentido. Se Arruda entrar no jogo, o quadro eleitoral no DF sofrerá novo abalo.

Corrupção

Ainda assim, há uma percepção no entorno de Grass de que Arruda, mesmo de volta, não retorne com a mesma força. Avalia-se que o caso Master pode respingar nele. Não diretamente, porque não há nada nesse sentido. Mas indiretamente, por ter sido condenado em um processo que envolveu corrupção.



Plano de fuga de Zambelli para a Itália começa a dar errado

A conta da fuga começa a chegar para Zambelli

Justiça da Itália aprova extradição da ex-deputada

Por Beatriz Matos

O que começou como uma tentativa de escapar da Justiça brasileira começa a cobrar seu preço. A Justiça italiana autorizou, nesta quinta-feira (26), a extradição da ex-deputada Carla Zambelli.

A decisão, tomada pela Corte de Apelação em Roma, atende ao pedido formalizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após a parlamentar deixar o país mesmo já condenada a 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda cabe recurso da defesa, o que deve prolongar o desfecho por mais alguns meses.

O caso começou em maio do ano passado, quando a Primeira Turma do STF condenou Carla Zambelli e o hacker Walter Delgatti Neto por invadirem sistemas do CNJ e incluírem documentos falsos.

A decisão foi unânime e fixou pena de 10 anos de prisão em regime inicial fechado, além da perda do mandato. Com o trânsito em julgado, no mês seguinte, o ministro Alexandre de Moraes determinou o início do cumprimento da pena e autorizou o envio do pedido de extradição.

Antes disso, no entanto, Zambelli deixou o Brasil em 25 de maio de 2025, atravessando a fronteira com a Argentina e, em seguida, viajando aos Estados Unidos (EUA). A saída ocorreu

dias após a condenação, o que levou o STF a decretar sua prisão preventiva, incluí-la na lista vermelha da Interpol e bloquear seus documentos. Desde então, passou a ser considerada foragida da Justiça brasileira.

A movimentação internacional da ex-deputada foi acompanhada de perto pelas autoridades. Após passagem pelos EUA, Zambelli chegou à Itália, país do qual também possui cidadania. Em julho de 2025, acabou presa em Roma por agentes locais, em cumprimento ao alerta da Interpol. Desde então, permanece detida no presídio de Rebibbia, sob o entendimento das autoridades italianas de que há risco de fuga.

O processo de extradição enfrentou uma série de atrasos ao longo dos meses, com audiências adiadas e tentativas da defesa de alterar a composição dos magistrados responsáveis pelo caso. Os advogados também apresentaram novos documentos e chegaram a aderir a uma paralisação da categoria, o que contribuiu para postergar a análise do mérito.

Com a decisão da Corte de Apelação, o caso entra agora em uma fase decisiva. A defesa tem prazo de até 15 dias para recorrer e já indicou que pretende levar o caso à Corte de Cassação, instância superior da Justiça italiana. Paralelamente, o processo ainda dependerá do aval político do ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio.